

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA REF. PREGÃO № 27.12.2021.01-PP

1. DO OBJETO

1.1. Aquisição de combustíveis para as diversas secretarias do Município de Palhano-CE.

2. DA JUSTIFICATIVA E DOS OBJETIVOS

2.1. DA JUSTIFICATIVA

2.1.1. A presente despesa encontra justificativa na necessidade de manutenção dos veículos que trafegam no deslocamento de alunos, pacientes, servidores, dentre outras atividades administrativas que demandem o consumo dos referidos bens.

2.2. DOS OBJETIVOS

2.2.1. Garantir o abastecimento da frota de veículos da Prefeitura Municipal de Palhano;

2.2.2. Prover os meios de deslocamento dos gestores, equipes técnicas, alunos, pacientes e demais pessoas envolvidas nas atividades das Diversas Secretarias do município de Palhano;

3. DA ESPECIFICAÇÃO E QUANTIDADE DOS PRODUTOS

	TOTAL	305500	31500	380500
	SEC. AGRIC	10.000	1.000	12.000
	NFRA	25.00	2.500 3.000	110.0
		18.000 25.00		0
		15.500	2.500	32.000
	S A A A A A A A A A A A A A A A A A A A	6.000	1.000	0
	CONS	6.000	1.000	0
SEC. STDS.	GRAS HEDERAL	6.000	1.000	0
	suus	17.000	2.000	0
	SMS	15.000	2.000	7.500
ÚDE	VISA	15.000	2.000	18.000
SEC. SAÚDE	PSF	44.000	3.000	3.000
	HOSPITAL	108.000	7.500	53.000
4ÇÃO	SEC. EDUCAÇÃO	20.000	3.000	40.000
SEC. EDUCAÇÃO	FUNDE FUNDE B FUND B INF	0	0	30.000
S		0	0	75.000
	OND	LITR 0	LITR	LITR 0
	DESCRIÇAO DOS PRODUTOS	GASOLINA LITR COMUM 0	ETANOL	OLEO DIESEL S-10
	ITEM		2	ю

Av. Possidônio Barreto, 330. Centro – Palhano-CE. CEP: 62910-000 Fone/Fax: (88) 3415-1060/1050 – CNPJ: 07.488.679/0001-59 - CGF N° 06.920.232-0

E-MAIL: cplpalhano@gmail.com





4. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

4.1. As despesas decorrentes da presente licitação ocorrerão pela fonte de recursos do(s) órgão(s)/entidade(s) participante(s) deste processo, conforme a seguir:

(1) (1) (1) (1) (1) (1) (1) (1) (1) (1)		PLEMENTO	FONTE	VALOR
UNIDADE GESTORA	PROJETO/ ATIVIDADE	DE DESPESA	DE RECURSOS	MÉDIO ESTIMADO
SECRETARIA DE SAÚDE	07.01.10.122.0024.2.034.0000 - Func das Ativ Adm da Sec de		RECEITA DE IMPOSTO E TRANSFERÊNCIA-SAÚDE E TRANSFERÊNCIA SUS BLOCO DE MANUTENÇÃO	
SECRETARIA DE AGRICULTURA	10.01.04.122.0024.2.055.0000		RECURSOS ORDINÁRIOS	
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E INFRAESTRUTURA	05.01.04.122.0024.2.010.0000		RECURSOS ORDINÁRIOS	
SECRETARIA DE GOVERNO E ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL	02.01.04.122.0002.2.002.0000		RECURSOS ORDINÁRIOS	R\$ 4.789.776,67
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	03.01.04.122.0004.2.005.0000		RECURSOS ORDINÁRIOS	
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	06.01.12.122.0024.2.018.0000 - Man das Ativ Adm da Sec de Educação 06.02.12.361.0014.2.028.0000 - Man das Ativ do Ens Fund - FUNDEB 30% 06.02.12.365.0013.2.030.0000 - Man da Educ Infantil - 30%		RECEITA DE IMPOSTO E TRANSFERÊNCIA - EDUCAÇÃO, TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB E COMPLEMENTAÇÃO	
SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	08.01.08.122.1315.2.039.0000 - Man das Ativ Adm da Sec do trab e Assist Social 08.01.08.122.1315.2.040.0000 - Man das Ativ do Cons Tutelar 08.03.08.244.1315.2.051.0000 - Gestão e Man do Prog de Prim Infancia do SUAS - Criança Feliz 08.03.08.244.1315.2.048.0000		RECURSOS ORDINÁRIOS/FEAS/TRANSFERÊNCIA RECURSOS FNAS	

Av. Possidônio Barreto, 330. Centro – Palhano-CE. CEP: 62910-000 Fone/Fax: (88) 3415-1060/1050 – CNPJ: 07.488.679/0001-59 - CGF N° 06.920.232-0 E-MAIL: cplpalhano@gmail.com

<u>_</u>





5. DA FORMA DE EXECUÇÃO

- 5.1. O fornecimento dos produtos acontecerá em data e local indicados pela contratante (na sede do município, conforme o caso), mediante autorização para abastecimento, dentro dos prazos estipulados e rigorosamente de acordo com as especificações estabelecidas na proposta e neste Termo de Referência, nos quantitativos solicitados.
- 5.2. A entrega dos produtos deve se efetuar de forma a não comprometer o funcionamento dos sistemas, recursos ou deslocamentos. Havendo necessidade de interrupção, esta deverá estar devidamente planejada e ser necessariamente aprovada pela Secretaria Ordenadora de Despesa.
- 5.3. Em nenhuma hipótese serão concedidas prorrogações de prazo.
- 5.4. Para os produtos do objeto contratual, deverá ser emitida Documentação Fiscal em nome da Prefeitura Municipal de Palhano com domicílio na Av. Possidonio Barreto, N° 330, Centro, Palhano Ceará, inscrito no CNPJ N° 07.488.679/0001-59e CGF N° 06.920.232-0, CEP 62.910-000.
- 5.5. A fiscalização do contrato será exercida pela CONTRATANTE, por meio de servidor previamente designado, conforme disposto no art. 67, da Lei nº 8.666/93 e alterações;
- 5.6. O exercício da fiscalização ou o acompanhamento será exercido no interesse do Município e não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada ou de seu agente ou preposto, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades, danos resultantes de imperfeição técnica, vícios redibitórios e, na ocorrência destes, não implica co-responsabilidade do Poder Público ou de seus agentes e prepostos.
- 5.7. A Contratante se reserva o direito de rejeitar no todo ou em parte o produto entregue, se em desacordo com os termos do presente Instrumento e do respectivo Contrato.
- 5.8. Quaisquer exigências da fiscalização inerentes ao objeto do Contrato deverão ser prontamente atendidas pela Contratada, sem ônus para a Contratante.
- 5.9. A entrega do produto objeto da licitação não exclui a responsabilidade da Contratada pelo perfeito desempenho em relação a prazo de entrega, validade e qualidade do produto.

6. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 6.1. A Contratante se obriga a proporcionar à Contratada todas as condições necessárias ao pleno cumprimento das obrigações decorrentes da presente licitação, consoante estabelece a Lei $n.^{9}$ 8.666/93.
- 6.2. Fiscalizar e verificar se os produtos estão atendendo satisfatoriamente a necessidade pública para a qual foram requeridos.
- 6.3. Determinar responsável para o acompanhamento e fiscalização da execução do objeto contratual;
- 6.4. Comunicar o(a) CONTRATADO(A) toda e qualquer ocorrência relacionada com os produtos, diligenciando nos casos que exigem providências corretivas.
- 6.5. Providenciar o pagamento a(o) CONTRATADA(O) mediante a apresentação da Nota Fiscal/Fatura e recibo, após comprovação da aquisição efetivamente realizada.
- 6.6. Aplicar as penalidades previstas no Edital e no presente instrumento, na hipótese de a CONTRATADA não cumprir o Contrato, mantidas as situações normais de disponibilidade e volume dos serviços, arcando a referida empresa com quaisquer prejuízos que tal ato acarretar ao Município;

7. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 7.1. Fornecer o objeto licitado conforme solicitação do setor competente, dentro dos prazos e condições estipulados neste contrato e no instrumento de licitação que lhe deu origem;
- 7.2. A Contratada é obrigada a reparar, corrigir, substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, onde se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.







- 7.3. Assumir inteira responsabilidade com todos os encargos e despesas diretas e indiretas de caráter trabalhista, tributário e previdenciário decorrentes do presente contrato;
- 7.4. Assumir inteira responsabilidade por qualquer dano pessoal ou material que seus empregados venham a causar ao patrimônio da Contratante ou a terceiros;
- 7.5. Manter-se, durante toda a execução do contrato, compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 7.6. Providenciar a imediata correção das deficiências e/ou irregularidades apontadas pela CONTRATANTE:
- 7.7. Arcar com eventuais prejuízos causados à CONTRATANTE e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidade cometida por seus empregados ou prepostos envolvidos na execução do contrato, independente de dolo ou culpa;
- 7.8. A Contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, a critério da Contratante, respeitando-se os limites previstos na Lei n.º 8.666/93 e alterações posteriores, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor do Contrato, facultada a supressão além deste limite mediante acordo entre as partes.
- 7.9. A CONTRATADA comprometer-se-á a dar total garantia quanto à qualidade dos combustíveis fornecidos, bem como efetuar a substituição imediata, e totalmente às suas expensas de qualquer produto entregue comprovadamente adulterado ou contaminado, sem prejuízo das medidas judiciais cabíveis, portanto, fora das especificações técnicas e padrões de qualidade constantes dos Regulamentos Técnicos da ANP, facultando à contratante, execução e/ou acompanhamento de testes periódicos de qualidade dos produtos, bem como acesso às notas fiscais/faturas fornecidas pelas distribuidoras.

8. DO PAGAMENTO

- 8.1. O pagamento será realizado mediante entrega do objeto contratual e apresentação da Nota Fiscal correspondente, em até 30 (trinta) dias, contados do recebimento desta, através de crédito na Conta Bancária do fornecedor. A Nota Fiscal deverá ser aprovada, obrigatoriamente, pela Prefeitura Municipal de Palhano.
- 8.2. Serão descontados, em cada pagamento a ser realizado, sobre o valor da fatura, os valores decorrentes de indenizações ou de multas eventualmente registrados.
- 8.3. No ato do pagamento a contratada deverá COMPROVAR, mediante apresentação de todas as certidões pertinentes, sua regularidade fiscal e Trabalhista, devendo estas ser entregues na Tesouraria do Município.

9. DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

9.1. O Contrato resultante da presente Licitação terá vigência a partir da data de sua assinatura até 31/12/2022.

Av. Possidônio Barreto, 330. Centro – Palhano-CE. CEP: 62910-000 Fone/Fax: (88) 3415-1060/1050 – CNPJ: 07.488.679/0001-59 - CGF N° 06.920.232-0 E-MAIL: cplpalhano@gmail.com





ANEXO II - MINUTA DA PROPOSTA

À PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHANO

REF. PREGÃO Nº 27.12.2021.01-PP

OBJETO: Aquisição de combustíveis para as diversas secretarias do Município de Palhano-CE.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	MARCA	UNID.	QUANT. TOTAL	PREÇO UNIT.	PREÇO TOTAL
01	(especificação em conformidade com o edital)				R\$ (por extenso)	R\$ (por extenso)
02					117	
	1	JALOR TOTA	AI.			

VALOR TOTAL DA PROPOSTA: R\$ __(POR EXTENSO)

Proponente:
Endereço:
CNPJ:
E-mail:
Telefone:

Validade da Proposta: 60 (Sessenta) dias

VI (C
Identificação do Rep. Legal Assinatura

(cidade)(UF), ___de_____ de ____.

Av. Possidônio Barreto, 330. Centro – Palhano-CE. CEP: 62910-000 Fone/Fax: (88) 3415-1060/1050 – CNPJ: 07.488.679/0001-59 - CGF N° 06.920.232-0 E-MAIL: cplpalhano@gmail.com

D





ANEXO III - MODELOS DE DECLARAÇÕES/PROCURAÇÃO

III.I.) 1º Modelo de Declaração:

Ao(A)
Pregoeiro(a) da Prefeitura Municipal de Palhano
PREGÃO PRESENCIAL Nº 27.12.2021.01-PP

DECLARAÇÃO I

(NOMINA E QUALIFICA O FORNECEDOR), DECLARA, para os devidos fins de direito, especialmente para fins de prova em processo licitatório, junto ao Município de Palhano, Estado do Ceará, que, em cumprimento ao estabelecido na Lei nº 9.854, de 27/10/1999, publicada no DOU de 28/10/1999, e ao inciso XXXIII, do artigo 7º, da Constituição Federal, não emprega menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem emprega menores de 16 (dezesseis) anos em trabalho algum, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos.

	anyone are approximately a promise of
Lei.	Pelo que, por ser a expressão da verdade, firma a presente, sob as penas da(UF), de de
	DECLARANTE
III.II.) 2º Mo	delo de Declaração:
) da Prefeitura Municipal de Palhano ESENCIAL № 27.12.2021.01-PP
	DECLARAÇÃO II
Palhano, Est dos produto	(NOMINA E QUALIFICA O FORNECEDOR), DECLARA, para os devidos fins de ecialmente para fins de prova em processo licitatório, junto ao Município de tado do Ceará, que tem pleno conhecimento de todos os parâmetros e elementos es a serem ofertados no presente certame licitatório e que sua proposta atende te aos requisitos constantes neste edital.
Lei.	Pelo que, por ser a expressão da verdade, firma a presente, sob as penas da
	(UF), de de
	DECLADANTE

Av. Possidônio Barreto, 330. Centro – Palhano-CE. CEP: 62910-000 Fone/Fax: (88) 3415-1060/1050 – CNPJ: 07.488.679/0001-59 - CGF № 06.920.232-0 E-MAIL: cplpalhano@gmail.com

A.





III.III.) 3º Modelo de Declaração: Ao(A) Pregoeiro(a) da Prefeitura Municipal de Palhano PREGÃO PRESENCIAL Nº 27.12.2021.01-PP

DECLARAÇÃO III

(NOMINA E QUALIFICA O FORNECEDOR), DECLARA, para os devidos fins de direito, especialmente para fins de prova em processo licitatório, junto ao Município de Palhano, Estado do Ceará, sob as penalidades cabíveis, que inexiste qualquer fato superveniente impeditivo de nossa habilitação para participar no presente certame licitatório, bem assim que ficamos cientes da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores, nos termos do art.32, §2º, da Lei n.º 8.666/93.

Pelo que, por ser	a expressão da verdade, firma a presente, sob as penas da Lei.
•	(UF), de de
i I	DECLARANTE
III.IV.) 4º Modelo	de Declaração:
	refeitura Municipal de Palhano CIAL № 27.12.2021.01-PP
(Esta dec	CÃO DE MICRO EMPRESA (ME) E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE (EPP) claração deverá ser entregue na forma disposta no subitem 3.2 do Edital) empresa inscrita no CNPJ sediada (endereço completo)
por intermédio de Carteira de Identid atende os dispositi 3°, tendo direito ac ()	seu representante legal o(a) Sr.(a)
•	(UF), de de
· · · · · ·	DECLARANTE

Av. Possidônio Barreto, 330. Centro – Palhano-CE. CEP: 62910-000 Fone/Fax: (88) 3415-1060/1050 – CNPJ: 07.488.679/0001-59 - CGF N° 06.920.232-0 E-MAIL: cplpalhano@gmail.com







III.V.) 5º Modelo de Declaração:

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

(Esta declaração deverá ser entregue na forma disposta no subitem 3.1 do Edital)

Ao(A) Pregoeiro(a) da Prefeitura Municipal de Palhano PREGÃO PRESENCIAL № 27.12.2021.01-PP

(NOMINA E QUALIFICA), DECLARA, para os devidos fins de direito e sob as penalidades cabíveis, especialmente para fins de prova em processo licitatório, junto ao Município de Palhano, Estado do Ceará, que cumpre plenamente todos os requisitos de habilitação exigidos no edital.

Pelo que, por ser a expressão da verdade, firma a presente, sob as penas da Lei.				
	(UF), de de			
	DECLARANTE			

III.VI.) Modelo de PROCURAÇÃO:

PROCURAÇÃO PARTICULAR

OUTORGANTE: (qualificação completa - nome, endereço, dados pessoais, etc)

OUTORGADO: (qualificação completa – nome, endereço, dados pessoais, etc)

PODERES: Pleno e gerais poderes para representar a OUTORGANTE, junto à Prefeitura Municipal de Palhano, no processo de pregão promovido através do Edital de Pregão N° 27.12.2021.01-PP, podendo o mesmo, assinar propostas, atas, entregar no pregão os envelopes de habilitação e proposta de preços, assinar toda a documentação necessária (inclusive contratos), como também formular ofertas e lances verbais de preços e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame em nome da Outorgante e tudo o mais que se fizer necessário ao fiel cumprimento deste mandato.

Local e data

OUTORGANTE

R





CALHANG						
	ANEXO	<u>IV</u>				
	TERMO DE CONTRAT PALHANO, POR INTE EMPRESA DECLARA.	RMÉDIO DA SE	CRETAR	IA DE _	COM	1 A
O município de Palhano, po 07.488.679/0001-59 e CGF Palhano — Ceará, através de (nacionalidade), (e e CPF nº de	la Secretaria de	ede na Rua Poss neste ato repres ompleto), (Profi simplesmente C em e CGF nº e), (estado ci CPF sob o Nº CONTRATADA da através de Lic	sidonio B sentado p ssão), Ca cONTRAT estado do , neste vil), (pr e Ca , firman	arreto, la or	Nº 330, Cent - Secretário e Identidade de outro la a Rua, presentada p , residente e Identidade si o prese	tro, (a) (a) (do, , nº por e Nº
CLÁUSULA PRIMEIRA - DO	FUNDAMENTO LEGAL					
1.1. Processo de Licitação, r nº 8.666, de 21/06/1993 e 17/07/2002 - Lei que Reg posteriores, e demais norm pelo ordenador de despesa.	na modalidade Pregão, N a e alterações posteriores gulamenta o Pregão, pelo nas pertinentes e, ainda,	- Lei de Licitaçõ Decreto nº 3.5	es, da Le 55, de 08	i Federa 3/08/20	ıl nº 10.520, 00 e alteraç	de ões
CLÁUSULA SEGUNDA - DO	OPIETA					
2.1. Constitui objeto do p necessidades da Secretar município, no qual restou v	presente instrumento a ia de do municíp	io de Palhano,	com for	necime	nto na Sede	· as
CLÁUSULA TERCEIRA – DA	A VINCULAÇÃO AO EDIT	AL E A PROPOS	TA			
3.1. O cumprimento deste contratada, os quais con	ontrato está vinculado ac	s termos do Edit	tal e seus	anexos, e sua tra	e à proposta nscrição.	ı da
CLÁUSULA QUARTA - DO V	ALOR, DO REAJUSTE E D	O REEQUILÍBRI	o econó)місо-ғ	INANCEIRO	

- 4.1. O presente contrato tem o valor global de **R\$ (....)**.
- 4.2. O valor do presente Contrato não será objeto de reajuste.
- 4.3. Na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis ou previsíveis, porém de conseqüências





incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual, poderá, mediante procedimento administrativo onde reste demonstrada tal situação o termo aditivo, ser restabelecida a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos da CONTRATADA e a retribuição da Administração para a justa remuneração do fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na forma do artigo 65, II, "d" da Lei Federal n.º 8.666/93, alterada e consolidada.

CLÁUSULA QUINTA - DA FORMA DE EXECUÇÃO

- 5.1. O fornecimento dos produtos acontecerá em data e local indicados pela contratante (na Sede do município, conforme o caso), mediante autorização para abastecimento, dentro dos prazos estipulados e rigorosamente de acordo com as especificações estabelecidas na proposta e neste Termo de Referência, nos quantitativos solicitados.
- 5.2. A entrega dos produtos deve se efetuar de forma a não comprometer o funcionamento dos sistemas, recursos ou deslocamentos. Havendo necessidade de interrupção, esta deverá estar devidamente planejada e ser necessariamente aprovada pela Secretaria Ordenadora de Despesa.
- 5.3. Em nenhuma hipótese serão concedidas prorrogações de prazo.
- 5.4. Para os produtos do objeto contratual, deverá ser emitida Documentação Fiscal em nome da Prefeitura Municipal de Palhano com domicílio na Av. Possidonio Barreto, № 330, Centro, Palhano Ceará, inscrita no CNPJ № 07.488.679/0001-59e CGF № 06.920.232-0, CEP 62.910-000.
- 5.5. A fiscalização do contrato será exercida pela CONTRATANTE, por meio de servidor previamente designado, conforme disposto no art. 67, da Lei nº 8.666/93 e alterações;
- 5.6. O exercício da fiscalização ou o acompanhamento será exercido no interesse do Município e não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada ou de seu agente ou preposto, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades, danos resultantes de imperfeição técnica, vícios redibitórios e, na ocorrência destes, não implica co-responsabilidade do Poder Público ou de seus agentes e prepostos.
- 5.7. A Contratante se reserva o direito de rejeitar no todo ou em parte o produto entregue, se em desacordo com os termos do presente Instrumento e do respectivo Contrato.
- 5.8. Quaisquer exigências da fiscalização inerentes ao objeto do Contrato deverão ser prontamente atendidas pela Contratada, sem ônus para a Contratante.
- 5.9. A entrega do produto objeto da licitação não exclui a responsabilidade da Contratada pelo perfeito desempenho em relação a prazo de entrega, validade e qualidade do produto.

CLÁUSULA SEXTA - DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

6.1. O contrato resultante da presente Licitação terá vigência a partir da data de sua assinatura até 31/12/2022.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 7.1. A Contratante se obriga a proporcionar à Contratada todas as condições necessárias ao pleno cumprimento das obrigações decorrentes da presente licitação, consoante estabelece a Lei n.º 8.666/93.
- 7.2. Fiscalizar e verificar se os produtos estão atendendo satisfatoriamente a necessidade pública para a qual foram requeridos.
- 7.3. Determinar responsável para o acompanhamento e fiscalização da execução do objeto contratual;
- 7.4. Comunicar o(a) CONTRATADO(A) toda e qualquer ocorrência relacionada com os produtos,

D





diligenciando nos casos que exigem providências corretivas.

7.5. Providenciar o pagamento a(o) CONTRATADA(O) mediante a apresentação da Nota Fiscal/Fatura e recibo, após comprovação da aquisição efetivamente realizada.

7.6. Aplicar as penalidades previstas no Edital e no presente instrumento, na hipótese de a CONTRATADA não cumprir o Contrato, mantidas as situações normais de disponibilidade e volume dos serviços, arcando a referida empresa com quaisquer prejuízos que tal ato acarretar ao Município;

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1. Fornecer o objeto licitado conforme solicitação do setor competente, dentro dos prazos e condições estipulados neste contrato e no instrumento de licitação que lhe deu origem;

8.2. A Contratada é obrigada a reparar, corrigir, substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, onde se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

8.3. Assumir inteira responsabilidade com todos os encargos e despesas diretas e indiretas de caráter trabalhista, tributário e previdenciário, decorrentes do presente contrato;

8.4. Assumir inteira responsabilidade por qualquer dano pessoal ou material que seus empregados venham a causar ao patrimônio da Contratante ou a terceiros;

8.5. Manter-se, durante toda a execução do contrato, compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

8.6. Providenciar a imediata correção das deficiências e/ou irregularidades apontadas pela CONTRATANTE;

8.7. Arcar com eventuais prejuízos causados à CONTRATANTE e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidade cometida por seus empregados ou prepostos envolvidos na execução do contrato, independente de dolo ou culpa;

8.8. A Contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, a critério da Contratante, respeitando-se os limites previstos na Lei n.º 8.666/93 e alterações posteriores, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor do Contrato, facultada a supressão além deste limite mediante acordo entre as partes.

8.9. A CONTRATADA comprometer-se-á a dar total garantia quanto à qualidade dos combustíveis fornecidos, bem como efetuar a substituição imediata, e totalmente às suas expensas de qualquer produto entregue comprovadamente adulterado ou contaminado, sem prejuízo das medidas judiciais cabíveis, portanto, fora das especificações técnicas e padrões de qualidade constantes dos Regulamentos Técnicos da ANP, facultando à contratante, execução e/ou acompanhamento de testes periódicos de qualidade dos produtos, bem como acesso às notas fiscais/faturas fornecidas pelas distribuidoras.

CLÁUSULA NONA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FONTE DE RECURSOS

9.1. As despesas deste contrato correrão por conta da(s) Dotação(ões) Orçamentária(s) n^{o} (s), Elemento(s) de Despesa e Fonte(s) de Recurso(s) abaixo:

(conforme edital)

CLÁUSULA DÉCIMA - DO PAGAMENTO

10.1. O pagamento será realizado mediante entrega do objeto contratual e apresentação da Nota Fiscal correspondente, em até 30 (trinta) dias, contados do recebimento desta, através de crédito na Conta Bancária do fornecedor. A Nota Fiscal deverá ser aprovada, obrigatoriamente, pela Prefeitura Municipal de Palhano.

Av. Possidônio Barreto, 330. Centro – Palhano-CE. CEP: 62910-000 Fone/Fax: (88) 3415-1060/1050 – CNPJ: 07.488.679/0001-59 - CGF N° 06.920.232-0 E-MAIL: cplpalhano@gmail.com





10.2. Serão descontados, em cada pagamento a ser realizado, sobre o valor da fatura, os valores decorrentes de indenizações ou de multas eventualmente registrados.

10.3. No ato do pagamento a contratada deverá COMPROVAR, mediante apresentação de todas as certidões pertinentes, sua regularidade fiscal e Trabalhista, devendo estas ser entregues na Tesouraria do Município.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS SANÇÕES

11.1. O licitante que ensejar o retardamento da execução do objeto contratual, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, sem prejuízo das multas previstas no edital e no termo de contrato e das demais cominações legais.

11.2. A Contratada ficará, ainda, sujeita às seguintes penalidades, em caso de inexecução total ou parcial do contrato, erro de execução, execução imperfeita, mora de execução, inadimplemento

contratual ou não veracidade das informações prestadas, garantida a prévia defesa:

I – advertência, sanção de que trata o inciso I do art. 87, da Lei n.º 8.666/93, poderá ser aplicada nos seguintes casos:

a) descumprimento das obrigações e responsabilidades assumidas na licitação;

b) outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento dos serviços da Contratante, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.

 II – multas (que poderão ser recolhidas em qualquer agência integrante da Rede Arrecadadora de Receitas Federais, por meio de Documento de Arrecadação Municipal – DAM, a ser preenchido de acordo com instruções fornecidas pela Contratante);

a) de 1% (um por cento) sobre o valor contratual total do exercício, por dia de atraso na entrega do

produto ou indisponibilidade do mesmo, limitada a 10% do mesmo valor;

b) de **2%** (dois por cento) sobre o valor contratual total do exercício, por infração a qualquer cláusula ou condição do contrato, não especificada nas demais alíneas deste inciso, aplicada em dobro na reincidência;

c) de 5% (cinco por cento) do valor contratual total do exercício, pela recusa em corrigir qualquer produto/serviço rejeitado, caracterizando-se a recusa, caso a correção não se efetivar nos 05 (cinco)

dias que se seguirem à data da comunicação formal da rejeição;

III – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que aplicou a penalidade, depois do ressarcimento à Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no item 10.1.

11.3. No processo de aplicação de penalidades é assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa, garantida nos prazos de 05 (cinco) dias úteis para as sanções previstas nos incisos **I e II** do **item 10.2** supra e 10 (dez) dias corridos para a sanção prevista no **inciso III** do mesmo item.

11.4. O valor da multa aplicada deverá ser recolhido ao Tesouro Municipal no prazo de 05 (cinco) dias a contar da notificação ou decisão do recurso. Se o valor da multa não for pago, ou depositado, será automaticamente descontado do pagamento a que a Contratada fizer jus. Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito da Contratada, o valor devido será cobrado administrativamente ou inscrito como Dívida Ativa do Município e cobrado mediante processo de execução fiscal, com os encargos correspondentes.

11.5. As sanções previstas no **item 10.1 e inciso III do item 10.2** supra, poderão ser aplicadas às empresas/pessoa física que, em razão do contrato objeto desta licitação:





I – praticarem atos ilícitos, visando frustrar os objetivos da licitação;

II – demonstrarem não possuir idoneidade para contratar com a Administração Pública, em virtude de atos ilícitos praticados;

III – sofrerem condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no

recolhimento de quaisquer tributos.

11.6. As sanções previstas nos **incisos I e III do item 10.2** supra poderão ser aplicadas juntamente com a do **inciso II** do mesmo item, facultada a defesa prévia do interessado no respectivo processo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA RESCISÃO

12.1. O Contrato poderá ser rescindido pelos motivos especificados nos artigos 77 e 78 da Lei n.º 8.666/93 e nas formas previstas nos artigos 79 e 80 da mesma lei e suas alterações posteriores.

12.2. A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em Lei ou regulamento, ficando no ato da assinatura deste Contrato reconhecido pelas partes os direitos da Administração Pública, em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 e seguintes da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

12.3. Constituem motivos para a rescisão contratual:

12.3.1. O não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;

12.3.2. O cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;

12.3.3. A lentidão do seu cumprimento, levando a administração a comprovar a impossibilidade da conclusão da obra nos prazos estipulados;

12.3.4. O atraso injustificado na entrega dos produtos;

12.3.5. O cometimento reiterado de faltas na sua execução, anotadas na forma do § 1º do art. 67, da Lei nº 8.66/93 e suas alterações posteriores;

12.3.6. A decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;

12.3.7. Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o CONTRATANTE e exaradas no processo administrativo a que se refere o Contrato;

12.3.8. A ocorrência de caso fortuito ou de força maior regularmente comprovada, impeditivo da execução do Contrato;

12.3.9. Descumprimento do disposto no inciso V, do art. 27 da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.

posteriores, sem prejuízo das sanções penais cabíveis. 12.4. A inadimplência das cláusulas e condições estabelecidas no instrumento convocatório, pela Contratada, assegurará à Contratante o direito de dá-lo por rescindido mediante notificação entregue

diretamente ou por via postal, com prova de recebimento.

12.5. Os procedimentos de rescisão contratual, tanto amigáveis, como os determinados por ato unilateral da Contratante, serão formalmente motivados, assegurado contraditório e a ampla defesa, mediante prévia e comprovada intimação da interessada para que, se o desejar, apresente defesa no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados de seu recebimento e, na hipótese de desistir da defesa, interpor recurso hierárquico no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da intimação comprovada da decisão rescisória.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1. Declaram as partes que este Contrato corresponde à manifestação final, completa e exclusiva, do acordo entre elas celebrado;

13.2. Obrigação do contratado de manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e





qualificação exigidas na licitação.

CLÁUSULA DÉ		

14.1. Fica eleito o foro da Comarca de Palhano - CE, para conhecimento das questões relacionadas com o presente Contrato que não forem resolvidos pelos meios administrativos.

E, assim, inteiramente acordados nas cláusulas e condições retro-estipuladas, as partes contratantes assinam o presente instrumento, em duas vias, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos.

	Palhano — CE, de de			
SECRETARIA CONTRATANTE				
CONTRATADA				